

Os processos de patrimonialização dos patrimônios imateriais afro-indígenas na América Latina: lutas e resistências

Christine Douxami

Universidade de Marie et Louis Pasteur

chrisluabela@yahoo.fr

Hebe Mattos

Universidade Federal de Juiz de Fora

¿Cómo citar este artículo en Norma APA 7ma Edición? Douxami, C. (2025). Os processos de patrimonialização dos patrimônios imateriais afroindígenas na América Latina: Lutas e resistências. *Pluriversos de la Comunicación*, 3(3), 143-155. Universidad Nacional de Salta.

Recepción: 31/03/2025. Aceptación: 30/06/2025



Resumo

Este ensaio procura, de forma sucinta, abordar as diversas formas de patrimonialização na América Latina, evidenciando o quanto esses processos têm sido fundamentais como instrumentos de reparação histórica — tanto em relação à escravização de pessoas submetidas ao exílio forçado oriundas do continente africano, quanto no que se refere aos povos originários da região. Procuramos demonstrar o caráter profundamente político dessas iniciativas, uma vez que sua eficácia e alcance variam conforme os governos em exercício nos diferentes países e, também, em função das particularidades dos processos coloniais a que cada nação foi submetida. Apesar dos avanços observados em escala continental, os esforços de reconhecimento da riqueza e da força das manifestações culturais afro e afro-indígenas enfrentam retrocessos significativos quando entram governos mais conservadores ou populistas. Serão igualmente abordadas, ainda que de modo pincelado, as complexidades ligadas aos processos de identificação afro-indígena no contexto dessas políticas de patrimonialização.

Palavras chaves

patrimonialização, afro-descendente, afro-indigenas, patrimônio cultural imaterial

Introducción

A diáspora forçada de africanos escravizados nas Américas tem origem na ação comercial de traficantes portugueses na costa africana no século XV, legalizada no contexto da colonização católica na América, comandada pelos impérios ibéricos durante o século XVI. A expansão e consolidação da economia escravista no século XVII, com envolvimento de todas as potências coloniais europeias, também católicas como a França, ou protestantes como

Holanda e Inglaterra, levaria a diáspora forçada de africanos a todos os cantos do continente americano, colocando-os em contato forçado com as populações originárias e as novas elites coloniais. O patrimônio cultural afrodescendente na América Latina é inseparável da memória do tráfico atlântico de escravizados como crime contra a humanidade que inscreveu o racismo como elemento estruturante da modernidade atlântica, e das interações dos africanos escravizados com as populações autóctones, muitas vezes também em situação de escravização, e as diferentes elites coloniais. Do ponto de vista deste artigo, a latinidade é uma construção intelectual do século XIX que incide, sobretudo, nas antigas áreas de colonização católica das Américas, incluindo aí regiões de colonização ibérica (Portugal e Espanha) e francesa, no continente e nas ilhas do Caribe. A geografia da latinidade é, na origem, católica e colonial, colocando em evidência hierarquias raciais e misturas culturais. O legado cultural afrodescendente é mais amplo, têm seu epicentro nas várias formas de tambores e instrumentos de percussão artesanais com seus respectivos batuques, para guardarmos um termo brasileiro, na roda em sentido anti-horário e nas cosmologias e religiosidades de matriz africana, deixando marcas específicas em todo o continente, na América Latina, nos Estados Unidos, no Canadá e em todo o Caribe.

Por outro lado, patrimônio e memória se constroem no tempo presente. São definidos, sobretudo, por políticas públicas construídas no âmbito dos diferentes estados nacionais e de organismos internacionais como a Unesco. Cronologicamente este texto se organiza pensando o impacto do projeto “Rota dos Escravizados: resistência, liberdade e patrimônio”, criado em 1994 (então Rota dos Escravos) e da convenção de patrimônio imaterial de 2003, ambos da Unesco, sobre as políticas públicas relativas ao legado cultural afrodescendente em diferentes países da chamada América Latina e do Caribe latino. A principal base empírica para esta abordagem, utilizamos as conferências do seminário Patrimônio Imaterial Afro-Indígena e Políticas Públicas na América Latina, organizado na IRD-Brésil, nos anos de 2022, 2023, 2024 e 2025, com a participação de especialistas de diversos países latino-americanos. As sessões do seminário, com coordenação geral de Christine Douxami, da IRD-IMAF, contam com apoio e participação do projeto Passados Presentes, do LABHOI/UFF/UFJF, coordenado por Hebe Mattos, Martha Abreu e Keila Grinberg e têm como questão de base, em paralelo às interações afro-indígenas,

a constatação de que reconhecer patrimônio imateriais e pensar sua salvaguarda implica em conhecer, valorizar e dialogar com os seus detentores.

Para abordar o patrimônio imaterial afrodescendente e afro-indígena na América Latina propomos conhecer a história e prescrutar a memória dos seus detentores, levando em conta algumas variáveis clássicas (úteis ainda que muitas vezes estereotipadas): 1) países e regiões de colonização ibérica ou francesa que tiveram a economia colonial escravista e o tráfico de africanos escravizados no centro de sua demografia, como Brasil, Haiti, Cuba, grande parte do Peru, além das regiões caribenhas de Colômbia e Venezuela; 2) países e regiões de colonização ibérica ou francesa que conheceram a escravidão africana como fenômeno periférico e construíram imaginários nacionais baseados na memória da conquista das civilizações indígenas e da mestiçagem euro-indígena, como México, Equador, República Dominicana ou simplesmente do extermínio indígena e de populações afrodescendentes para valorizar a prevalência europeia, como Argentina, Chile e Uruguai.

O racismo estrutural subalternizou de forma profunda o legado afrodescendente no continente, cujas religiosidades e tradições foram muitas vezes negadas, além de proibidas e perseguidas, não apenas no período colonial, mas também pelos estados nacionais. A coleção Nosso Sagrado do Museu da República no Brasil, com objetos de culto de religiões afro-brasileiras, foi construída a partir de objetos recolhidos pela repressão policial a estes cultos ao longo do século XX. O reconhecimento e valorização da herança cultural africana desde finais do século XX não deve diminuir a atenção no combate ao racismo que ainda permanece, estruturando as sociedades latino-americanas. Se o legado cultural africano é fundamental para o Haiti, protagonista na criação do projeto Rota dos Povos Escravizados da Unesco, o racismo contra a imigração haitiana na vizinha República Dominicana, segundo a pesquisadora Catherine Bourgeois, impede a implementação de políticas de valorização nacional do Ganga dominicano, patrimônio de matriz africana presente em todo Caribe, atualizando, em plena década dos afrodescendentes da ONU, práticas de desnacionalização e de perseguição aos haitianos, assimilados ao “haitiano estrangeiro”, mesmo quando nascidos no país ou imigrados em situação de legalidade. Apesar disso, a República Dominicana é signatária da convenção de patrimônio

imaterial da Unesco de 2003 e todos os seus 5 patrimônios inscritos na lista de patrimônios imateriais do órgão são de matriz africana ou afro-indígenas (a fabricação do pão de mandioca, a música e a dança da bachata dominicana, a música e a dança do merengue, o espaço cultural da irmandade do Espírito Santo dos Congos da vila de Mella, a tradição do “Teatro bailado de Cocolo”). Para os praticantes do Gaga, a resistência possível se faz na busca de reconhecimento e apoio internacionais. Redes de países como o Crespial (centro regional para la salvaguarda del patrimonio cultural imaterial da América Latina, categoria 2 da Unesco), ou a rede ibero-americana “iber cultura viva” visam valorizar a diversidade cultural, incluindo o legado cultural de matriz africana dos vários países.

De todo modo, sobretudo nos países que se formaram a partir da economia colonial escravista e que foram os epicentros do tráfico de africano escravizados, como Brasil, Cuba, Haiti, e regiões da Colômbia, Venezuela e Peru, os respectivos estados nacionais, com limitações diversas e em diferentes contextos políticos têm estabelecido políticas de reconhecimento e valorização deste legado.

Brasil e Colômbia são paradigmáticos desse processo, de certa forma inscritos no caráter multicultural da constituição brasileira de 1988 e da constituição colombiana de 1991. A constituição brasileira aprovada em 1988 mostrou-se um marco de mudança da política patrimonial do Brasil, em seus artigos 215 e 216, que atendiam antigas demandas políticas do Movimento Negro Brasileiro. Em conjunto, eles reconheceram a cultura como direito constitucional, incluindo, “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (artigo 216), cabendo ao Estado proteger “as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional” (artigo 215). A partir do decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, foram implementadas inúmeras ações com vistas a contribuir para a defesa e preservação da diversidade étnica e cultural do país. Esta diversidade encontra-se expressa em versos, danças, ritmos, rituais, saberes, modos de ser e fazer, muitos deles de matrizes africanas imemoriais, visibilizando e valorizan-

do a ação dos detentores desses patrimônios, herdeiros diretos dos últimos africanos que sofreram o deslocamento forçado do tráfico de escravizados e que passaram a se organizar e a agir politicamente na defesa de seus direitos culturais.

As dinâmicas políticas entre o processo de reconhecimento estatal e ação política dos grupos de detentores dos patrimônios culturais é complexa e nem sempre isenta de conflitos. Entre os bens já registrados como patrimônios culturais afro-brasileiros ou afro-indígenas, Martha Abreu e Livia Monteiro destacaram no Dicionário temático de patrimônio: debates contemporâneos, em 2020: como registro de saberes: Ofício das Panelas em Goiabeiras, Ofício das Baianas do Acarajé, Ofício dos Mestres de Capoeira; como registro de celebrações: Complexo Cultural do Bumba meu Boi do Maranhão, festa do Senhor do Bonfim; como formas de expressão: maracatu nação, maracatu de baque solto, roda de capoeira, tambor de mina, samba de roda, matrizes do samba carioca e o jongo do sudeste. As festas de Congos e reinos de Minas Gerais, com grande influência do catolicismo negro e das cosmologias bantos da África Central, conseguiram o seu registro em junho de 2025. O candomblé, religião de matriz africana com origem no culto de entidades da África Ocidental, é reconhecido como patrimônio cultural em várias cidades e estados brasileiros. Desde o censo de 2010, a população que se auto identifica racialmente como pretos e pardos responde por mais da metade da população brasileira. O samba de Roda do Recôncavo Baiano foi o primeiro patrimônio imaterial brasileiro reconhecido pela Unesco, no ano de 2005, tributo à importância da matriz africana para o patrimônio cultural do país. Na lista brasileira da Unesco, como o samba de roda, a roda de capoeira e o bumba meu boi maranhense se destacam entre os patrimônios criados e performados, majoritariamente, por populações diretamente relacionadas com a história das últimas gerações de africanos escravizados em terras brasileiras conjuntamente com as populações afro-indígenas. Outros patrimônios listados são marcados por trocas culturais, que incluem matrizes africanas, como o frevo do Recife.

A Colômbia instaurou políticas culturais parecidas com as do Brasil, de intenção ainda mais claramente multiculturalista. A população afro-colombiana representa, segundo o censo de 2018 e suas reavaliações, 9,34% da população. Os dois países têm acordos de cooperação neste âmbito desde 2009. Num contexto de

guerra civil, o estado colombiano buscou proteger as populações em perigo e seus patrimônios culturais, através de um instrumento jurídico chamado salvaguarda étnica, que buscava garantir a territorialização de populações indígenas e afro-colombianas, que sofreram durante a guerra muitas vezes desapropriação de terras. Apesar dessa ação, esses grupos continuam em perigo mesmo depois da assinatura dos acordos de paz. Desde 2006, são também implementadas políticas culturais via o setor do patrimônio imaterial, após a assinatura da convenção da Unesco de 2003, reconhecendo e salvaguardando patrimônios imateriais de matriz africanas e indígenas, sobretudo em áreas rurais. O objetivo oficial é o respeito pela diversidade étnica e cultural da nação, o que atribui força simbólica para a luta por direitos culturais dos grupos afro-colombianos. A música de marimba, legado afrodescendente da região do Pacífico Sul colombiano é reconhecida como patrimônio da humanidade pela Unesco, bem como o quilombo de San Basilio de Palenque, formado no século XVII. Uma das especificidades da Colômbia é o enfoque na cozinha afrodescendente como bem imaterial. Apesar de todas as políticas públicas nacionais e internacionais de apoio, as comunidades frequentemente se queixam da expansão das relações de mercado, através sobretudo do turismo, que muitas vezes não respeita a propriedade intelectual dos detentores do patrimônio afrodescendente. Como no Brasil, as relações entre estado e grupos detentores é tensa e implica em navegar por meandros burocráticos complexos. O exemplo dos grupos praticantes da dança de pau (Machete y Bordon) da Colômbia, analisado em uma das sessões do seminário da IRD é bastante elucidativo. Manifestação de matriz africana, parecida com o Garrote da Venezuela, o Jogo do Baston no Haiti, ou o Maculelê no Brasil, seus praticantes têm ainda dificuldades para conseguir seu reconhecimento como patrimônio cultural mesmo em nível local.

Também a Venezuela tem uma importante população afrodescendente e valoriza seus patrimônios. Se oficialmente o censo de 2011 registra apenas 0,7% de afrodescendentes, 51,6 da população se reconhece como “morenos”. O patrimônio cultural ligado às festas para São João está diretamente ligado às confrarias, sociedades e irmandades negras do período colonial. Reconhecidas como patrimônio cultural, essas festas se estendem num amplo ciclo festivo de maio a meados de julho, em numerosas comunidades afrodescendentes venezuelanas, levando multidões para a

rua para comemorar um verdadeiro ritual de renascimento pela fé no santo. Com seus tambores, danças, e rituais caseiros e familiares, os grupos detentores agregam diferentes gerações e dão enfoque especial à participação das mulheres para negociar a realização da festa com autoridades, comerciantes locais e com a igreja católica. Os grupos detentores dessa manifestação reivindicam sua autogestão e participação ativa na salvaguarda do patrimônio cultural. Também são reconhecidos como patrimônio afrodescendente as Bandas de Parandas de Santos Inocentes Caucagua, que acontecem durante as celebrações do ano novo, em um ritual onde se ridiculariza o antigo senhor de escravizados, numa inversão de papéis poderosa, usando a roupa do colonizador performando com pequenas bandas. Também mereceu destaque, nos seminários aqui referidos, o Tamunangue do Estado de Lara, e uma dança de pau, o garrote, também reconhecidos como patrimônio imaterial. As danças/lutas envolvendo bastões atravessam toda região caribenha, tanto a parte das ilhas como o continente, com forte vínculo com as populações afrodescendentes.

No Haiti, onde a população afrodescendente é a mais importante, a influência do legado cultural sobretudo dos cultos aos vodus dos povos de língua aja-fon da África Ocidental é parte integrante da identidade nacional. O departamento de patrimônio imaterial (Institut National du Patrimoine et du Tourisme) colabora ativamente com a Unesco e foi pioneiro no projeto Rota dos Povos Escravizados. Apesar da ênfase africano, especialmente na cosmologia vodu, as interações afro-indígenas são também importantes no país. O pão de mandioca é uma tradição afro-indígena interessante ali presente e característica também de Cuba, Haiti, República Dominicana e Honduras, reconhecida como patrimônio imaterial pela Unesco em 2024, com comunidades detentoras com forte viés afrodescendente em todos esses países. No Haiti, além do pão de mandioca, a Unesco reconheceu também a sopa de abóbora (soupe joumou) como patrimônio cultural. O Rara, ou Gaga, como é conhecido na República Dominicana ou em Cuba, com o qual abrimos este artigo, é uma festa que acontece na Semana Santa Católica, muito ligada às tradições religiosas vodu e que incorpora também, segundo Kesler Bien-Aimé, legados de povos originários da ilha. É um dos patrimônios reconhecido pelo instituto do patrimônio haitiano. Os indígenas teriam legado a parte do malabarismo na festa do Rara, como homenagem

à terra no equinócio. A manifestação conta com banda, procissão, muitas cores, danças, cantos, com bambus como instrumentos. Os desenhos dos Veves Vodun, as técnicas de máscaras de Jacmel, entre outras manifestações de influência dos povos africanos, fazem parte dos 19 patrimônios reconhecidos a nível nacional. O catolicismo popular levado pelos colonizadores franceses, espanhóis e portugueses no continente tem também um lugar importante entre a população afrodescendente no país.

Cuba, como vimos anteriormente, última região a interromper o tráfico de africanos escravizados no continente, tem vários patrimônios imateriais afrodescendentes em comum com a Venezuela ou Haiti, como o pão de mandioca e o Gaga, ou ainda as Parandas (um tipo de carnaval). Em maio 2022, Cuba, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicaragua, Panamá e República Dominicana iniciaram uma estratégia conjunta de salvaguarda do patrimônio cultural das comunidades afrodescendentes, para reforçar as comunidades e apoiar a sustentabilidade delas. O primeiro patrimônio cubano a ser inscrito na lista de patrimônios imateriais da Unesco tinha matriz africana, a tumba francesa. Corresponde à vinda dos tambores chamados “franceses”, trazido por escravizados de senhores da antiga colônia de Saint Domingue, que fugiam dos tumultos dos primórdios da revolução haitiana no final do século XVIII, após a primeira abolição da escravidão pela revolução francesa. Cuba mantém uma política cultural centralizada e ativa junto ao projeto Rota dos Povos Escravizados da Unesco, o que significou uma inflexão em relação às décadas anteriores e criou recentemente leis específicas para a valorização do patrimônio imaterial. O professor Jesus Guanche, especialista da questão, considera o reconhecimento pelo estado cubano das chamadas casa de templos, ligadas às religiões afrodescendente do Palo Monte (que remonta às influências das áreas bantu da África Central) ou da Santeria (relacionada aos cultos aos orixás, entidades da África Ocidental), o marco inicial de reconhecimento do patrimônio imaterial afrodescendente na ilha. Segundo ele, os reconhecimentos de patrimônios imateriais como a rumba ou a tumba francesa que se seguiram não deixam de ter vínculo com os cultos, por serem as mesmas pessoas que tocam nessas manifestações e nos cultos religiosos. Por exemplo, na Tumba Francesa, os tambores levam panos coloridos ligados às entidades do Palo Monte. Segundo Guanche, ainda existe forte tendência a negar centralidade aos patrimônios negros den-

tro das instituições culturais de Cuba e na comissão nacional de patrimônio imaterial, ainda que o reconhecimento de vários patrimônios imateriais afrodescendentes enuncie uma tendência de mudança.

Essa tendência de reconhecimento do legado cultural afrodescendente é notável também no México. A população afrodescendente soma oficialmente 2,04 % no censo de 2020. Associações culturais conseguiram que uma lei de proteção das comunidades indígenas e afrodescendentes fosse aprovada em setembro de 2024. A tradição dos Diablitos para celebrar os Mortos se refere a grupos de detentores afrodescendentes, que somam 6,5% da população na região do Guerrero. Segundo a pesquisadora Cristine Dias, as lendas da região de Oaxaca e do Guerrero incorporam muitas histórias com pessoas negras. A memória de quilombos ou mocambos se faz presente nestas áreas, com uma relação forte entre indígenas e escravizados fugitivos. Ainda assim, na lista de patrimônios imateriais do México reconhecidos pela Unesco, só consta o Bolero como expressão de ritmo afrodescendente - com poesia espanhola, compartilhado com Cuba⁶¹.

Na América Central, merecem destaque os grupos Garifunas, presentes em Honduras, Costa-Rica, no Belize e na Guatemala. Segundo Carlos Agudelo, os Garifunas saíram do Caribe e guardaram sua língua específica, sua religiosidade, e reivindicam sua identidade de matriz africana, com manifestações de tambores e danças ligados aos ancestrais chamado Dügü ou la Punta, com raízes na história dos antigos reinos da África Central conjuntamente com as raízes indígenas. Essas manifestações foram reconhecidas pela Unesco em 2008 como patrimônio imaterial de Belize, Guatemala, Nicarágua e Honduras. No caso do Guatemala e Nicarágua é o único patrimônio negro reconhecido pela Unesco, e o único patrimônio de Belize. Os Garifunas são resultantes do encontro entre africanos chegados no século XVII em São Vicente nas Antilhas, através de fugas e naufrágios, com a população autóctone. Alguns milhares deles foram deportados para o continente pelas autoridades coloniais espanholas no século XVIII. Dali migraram para Guatemala, sul de Belize até a costa da Nicarágua, formando atualmente 53 povoados⁶².

Mesmo em estados que simplesmente negavam a presença afrodescendente em seus territórios, esta percepção tem mudado significativamente, como vimos com o caso do México.

61. O SIC (Sistema de información cultural referencia mais de 323 patrimônios imateriais no Mexico) https://sic.cultura.gob.mx/?table=frpintangible&disciplina=&estado_id=0

62. Os Garifunas são afro-indígenas pois eles resultam de uma mestiçagem entre indígenas Caribe Arawak (vindo de América do Sul) e o povo escravizado que chegou em São Vicente na Antilhas, inicialmente após naufrágios, pois não tinha colonização europeia em São Vicente, e depois foram escravizados fugindo das outras ilhas. Depois, em 1797, 1500 garifunas deportam para América Central, em ilhas na frente do Honduras, para criar "dificuldades" para os colonizadores espanhóis, pois os Garifunas eram guerreiros confirmados. Depois de um acordo com os espanhóis migraram para Guatemala, sul de Belize e hasta a costa do Nicarágua, com 53 povoados.

O Equador, que teve sua capital, Quito, reconhecida como patrimônio Mundial da Humanidade pela Unesco em 1978, praticamente não valorizava qualquer patrimônio afrodescendente até 2015, quando a música de marimba, compartilhada com a vizinha Colômbia foi reconhecida como patrimônio pela Unesco. Em 2016 o país aprovou a ley orgânica de cultura que adaptou em escala nacional as diretrizes de valorização da diversidade étnica e cultural da Unesco, ainda que enfatizando, sobretudo, a interculturalidade. Apesar disso, a população afrodescendente é expressiva, reside sobretudo na região norte do país, na província de Esmeraldas e no Vale de Chota, e representava, no censo de 2010, 7,5% da população. O país conta apenas com 4 bens listados como patrimônio imaterial da humanidade, sendo que apenas a música de marimba tem matriz africana. Nacionalmente são 29 bens nacionais, o ritmo afro-indígena chamado La Bomba del Chota foi também reconhecido em 2020. Mas nos editais específicos que saíram depois da pandemia de covid 19, devido ao forte impacto da mesma, tomaram em conta as regiões com mais pobreza do país (mais de 80% de pobreza) e dessa vez, em 2021, também focaram nas comunidades indígenas (38 % do projetos) e afrodescendentes (18 % do vencedores)⁶³.

No Peru, 4% da população se reconheceu como afrodescendente no censo de 2017, concentrada sobretudo no litoral sul. Na região de Zaña há manifestações como o baile Tierra ou os Diablitos, bem como especialidades culinárias que estabelecem conexões com essas populações. As manifestações « hatajo de negritos » e l'« hatajo de pallitas » são reisados, em homenagem aos reis magos, realizados na época natalina, que juntam crenças católicas e indígenas com ritmos e cosmologias afrodescendentes, performadas majoritariamente por populações que se auto identificam como afrodescendentes. Foram reconhecidas como patrimônio imaterial da Unesco em 2009. Também no Brasil, os reisados são performados majoritariamente por populações afro-descendentes e no sudeste do Brasil especificamente pelos descendentes das últimas gerações de africanos escravizados chegadas no país até meados do século XIX.

No século XIX, em países como Argentina e Chile, houve uma verdadeira etnocídio da população negra. No Chile, depois da Guerra com o Peru, se procurava e se matavam pessoas com fenótipos identificado como negros alegando que eram peruanos. De formas indiretas, durante as guerras de independência, na Argenti-

63. 11º seminário, com Daniel Gonzáles Guzmán. Sobre a luta contra o racismo no Equador. <https://www.lapora.sociology.cam.ac.uk/pt-br/countries/ecuador>

na, no Uruguai e no Paraguai, os identificados como negros foram também dizimados. Desde os anos 1990 existem movimentos negros que tentam revalorizar as culturas afrodescendentes e sua participação na construção desses países. Argentina e Uruguai integram oficialmente o projeto Rota dos Povos Escravizados da Unesco. O Candombe, estudado por Monica Lacarrieu e Julio Pereyra, é emblemático da cultura afrodescendente da região entre Argentina e Uruguai. O candombe, batuque inicialmente com marcado sentido religioso de influência da cosmologia banto⁶⁴, foi reconhecido como patrimônio imaterial do Uruguai pela Unesco (2009) e incorpora, hoje, em sua prática, novos migrantes africanos.

De forma geral, em toda a América Latina, são os descendentes de africanos escravizados, e mais ainda os das últimas gerações de africanos escravizados, que guardam e transmitem os patrimônios mais fortemente ancorados no legado cultural afrodescendente, expressos na ancestralidade presente nos batuques e nas danças em roda, e em cosmologias africanas que se atualizam em contato com a própria África e os novos imigrantes daquele continente. Os descendentes afro-indígenas em todo o continente também participam dessa grande diversidade patrimonial. A valorização da memória e da história da diáspora africana está no centro da luta política antirracista na América Latina do século XXI. As políticas patrimoniais fazem parte dessa luta antirracista pelo reconhecimento das identidades múltiplas a origem da formação dos países latino-americanos: reconhecer a ampla presença afro-indígena nas identidades nacionais. O reconhecimento atual de um legado afro-indígena também é essencial no reconhecimento tanto do legado indígena nas manifestações como da escravização dos povos indígenas e de uma construção cultural conjunta que muito se expressa pelo viés dos patrimônios imateriais. As políticas ligadas a valorização do patrimônio imaterial afro e afro-indígenas tomam várias formas como vimos neste ensaio, passando de iniciativas locais pelos próprios detentores como políticas nacionais tanto nas constituições dos países a exemplo do Brasil e da Colômbia respectivamente em 1988 e 1991, pressionados pelas ações de movimentos negros ou indígenas muito ativos desde os anos 1970, ou por políticas nacionais próprias ligadas ao patrimônio incentivadas pelas ações da Unesco sobretudo desde a convenção sobre o patrimônio imaterial de 2003. As políticas públicas ligadas ao patrimônio dos

64. Segundo Julio Pereyra, na sua intervenção no curso da IRD realizado no Centro Nacional do Folclore e cultura popular nos dias 12,13,14 de junho de 2025, o aspecto religioso está totalmente diluído hoje na manifestação.

países da América Latina partindo inicialmente de forma vertical do estado em direção aos detentores, criando as vezes desentendimentos sobre as mesmas entre os representantes dos estados e os detentores, começam hoje em dia a serem mais participativas e horizontais. Até em países como o Chile, a Argentina e o Uruguai os movimentos afro e afro-indígenas começam a ter voz. As redes como o Crespial ou ainda a rede ibero-americana “íber cultura viva”, graças a convênios, procuram valorizar elementos que se encontram em vários países. Sobretudo essas redes tornam possíveis encontros entre pessoas, como gestores, mas especialmente detentores dos números países. Esses intercâmbios que se desdobram em outras redes, como é o caso do Crespial onde seus membros se encontram fora das reuniões oficiais, permitem outros encontros e trocas de experiências e futuros avanços na valorização dos patrimônios culturais afro e afro-indígenas. Essas redes permitem uma ampla democratização dos processos de patrimonialização e amenizam as políticas de retrocesso quando entram governos conservadores e/ou populistas. Pois esses movimentos de valorização dos patrimônios imateriais, sobretudo afro e afro-indígenas, na sua maioria herdeiros dos movimentos sócias dos anos 1970, são os primeiros alvos dessas políticas.

Bibliografia

- Abreu, Martha; Guran, Milton; Mattos, Hebe (2014). *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil*. Niterói: PPGH-UFF.
- Araújo, Ana Lucia (org.) (2015). *African Heritage and Memory of Slavery in Brazil and The south Atlantic World*. New York: Cambria Press.
- Assunção, Matthias Röhrig (2014). Stanzas and Sticks: Poetic and Physical Challenges in the Afro-Brazilian Culture of the Paraíba Valley, Rio de Janeiro, *History Workshop Journal*, Volume 77, Issue 1, Pages 103–136, <https://doi.org/10.1093/hwj/dbt007>
- Carvalho, Aline e Meneguette, Cristina (Org.) (2020). *Dicionário Temático de Patrimônios: desafios contemporâneos*. Campinas: Ed. da Unicamp.
- De la Fuente, Alejandro; Andrews, George Reid. (Org.) (2018). *Afro-Latin America: an introduction*. Cambridge: Cambridge

University Press.

Dias, Cristina Dias; Guancho, Jesus; Bien-Aimé, Kesler e Agudelo, Carlos (2022, 2023 e 2024). Conferências. In: Douxami, Christine (org.). Atas do Seminário Patrimônio Imaterial Afro-Indígena e Políticas Públicas na América Latina. IRD-Brasil.

Douxami Christine (2015). “La politique de Patrimoine Culturel Immatériel au Brésil : une volonté politique de démocratisation et d'inclusion des « minorités »?”, in CAPONE S. (org.), *Les carnets du Lahic*, Afro-patrimoines Culture afro-brésilienne et dynamiques patrimoniales, EHESS, Paris, pp 77-97.

Mattos, Hebe (2021). Memory of Slavery as Material and Intangible Heritage: The case of the Valongo Wharf and the Passados Presentes Project. In: Chritofoletti, R. et Olender, M. (org.). *World Heritage Patinas. Actions, Alerts and Risks*. Springer, pp. 377-389

Pineau, Marisa (org) (2012). *Huellas y legados de la esclavitud em las Americas. Projeto Unesco La Ruta Del Escravo*. Saenz Peña: Universidad Nacional de Tres de Febrero.

Ruffins Nachin, Olga (org) (2014). *Sítios de memoria de la ruta del esclavo en el Caribe latino*. Unesco.

Souza, Mônica Lima (2021). When Sensitive Memories Sites Become Heritage. The case of the Valongo Wharf in Rio de Janeiro. In: Cristofoletti, R. et Olender, M. (org.). *World Heritage Patinas. Actions, Alerts and Risks*, Springer, pp. 79-95.

Websites de referência.

<https://www.unesco.org/pt/routes-enclaved-peoples>

<https://pt.ird.fr/patrimonio-imaterial-afro-indigena-e-politicas-publicas-na-america-latina>

<https://observatoriodopatrimonio.com.br/site/>

<https://afrorigens.com.br/>

<http://www.labhoi.uff.br/passadospresentes/>